



Benjamin Ribeiro\*

# AS COTAS E A INCLUSÃO SOCIAL



A presidente Dilma Rousseff sancionou, em agosto de 2012, o projeto de lei que reserva 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para candidatos oriundos da rede pública. As universidades têm até 2016 para se adaptar à lei, mas já a partir do ingresso em 2013 a porcentagem das cotas deve ser de pelo menos 25% da reserva prevista, ou seja, 12,5% do total. A presidente só fez uma alteração no projeto: as vagas dos cotistas devem ser preenchidas por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não pelo histórico escolar do ensino médio, como previa o texto.

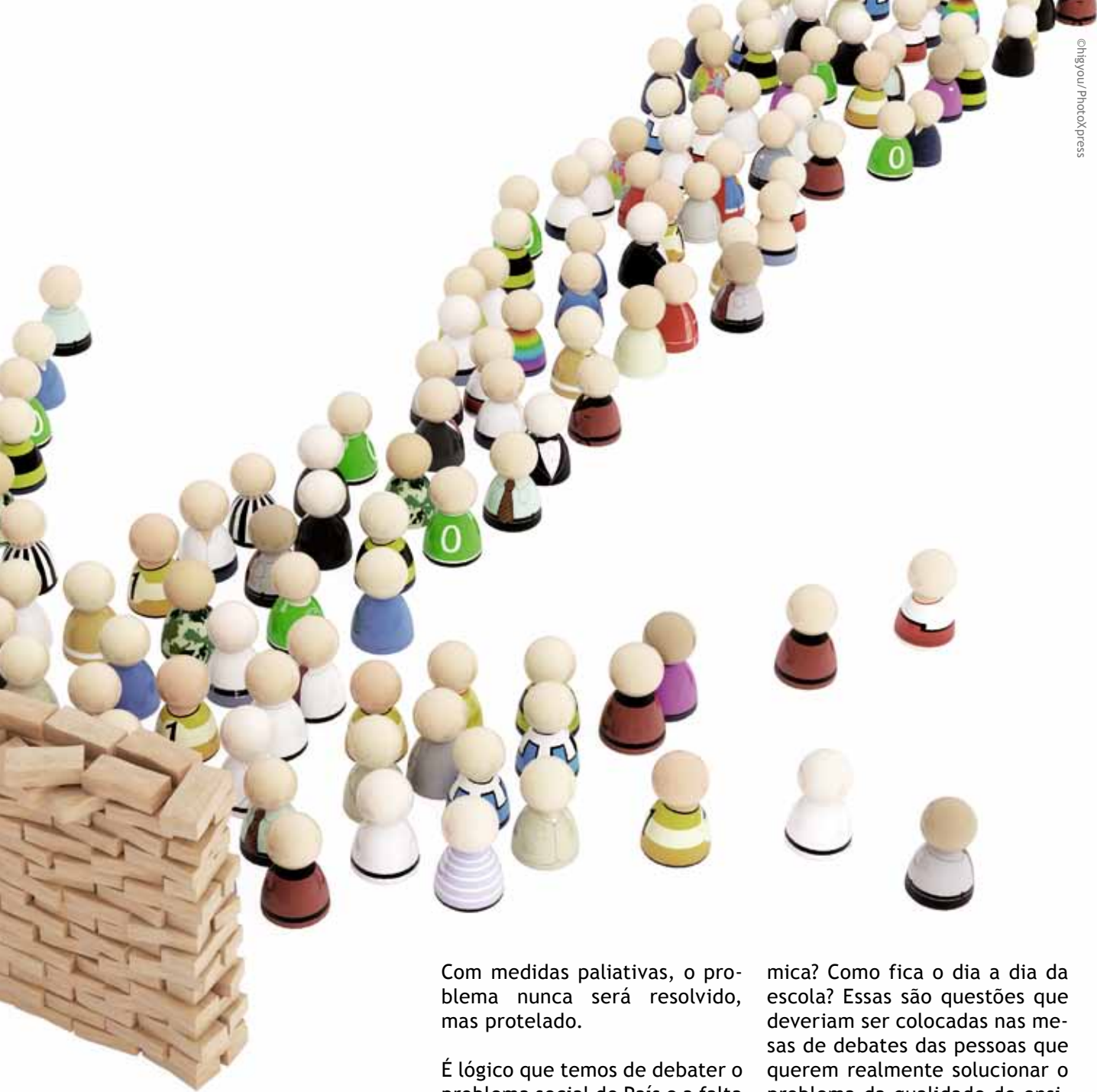
A instituição de cotas é um dos assuntos mais polêmicos na área

educacional. No começo do século, eram poucas as universidades públicas que reservavam vagas para candidatos negros e/ou de baixa renda. Hoje, quase todas adotam a medida e a prática, que seria provisória e passou a ser definitiva, já que elas perceberam a apatia dos governos federal, estaduais e municipais em melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas.

O projeto fere a autonomia das universidades, que anteriormente podiam decidir a forma de distribuição das vagas oferecidas nos processos seletivos. Além disso, a instituição da lei já é o Estado admitindo que a má qualidade na educação pública brasileira existe e que essa deficiência precisa ser

corrigida, facilitando o acesso dos alunos às escolas federais.

O governo quer diminuir a reprovação nas escolas, principalmente do ensino médio, porque isso está diretamente ligado à evasão de crianças e adolescentes do ensino público. A evasão deteriora a imagem do Brasil no cenário internacional, já que o País detém um dos piores índices de alfabetização e conclusão do ensino básico. Para impedir que os alunos desistam da escola, os professores são induzidos a não permitir que eles sejam reprovados, mesmo que não estejam aptos a cursar as matérias do ano seguinte.



Com isso, é justificável a tese de que, com as cotas, o ensino superior pode se deteriorar, pois esses alunos que passaram de ano para maquiar as estatísticas do governo não estão preparados para receber uma educação superior. Com certeza, não terão condições de acompanhar o currículo e o ritmo de uma universidade pública de qualidade, advindo daí as reprovações, o desestímulo e a desistência das faculdades.

Com medidas paliativas, o problema nunca será resolvido, mas protelado.

É lógico que temos de debater o problema social do País e a falta de estrutura para dar um ensino de qualidade a todos. De que forma fazer isso? O que os responsáveis pela política educacional brasileira poderiam fazer para equacionar esse problema? A instituição de cotas não teria sido uma solução simplista, que pode acarretar dificuldades ainda maiores no futuro? Não vai acontecer uma divisão de raças no País? A simples oferta de vagas vai condicionar o aluno a participar da vida acadê-

mica? Como fica o dia a dia da escola? Essas são questões que deveriam ser colocadas nas mesas de debates das pessoas que querem realmente solucionar o problema da qualidade do ensino no Brasil.

A exclusão educacional está ligada à desigualdade social, que está muito longe de ser resolvida. Soluções paliativas só atrasam e protelam a solução das nossas mazelas sociais. ■

\*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieesp)

[benjamin@einstein24h.com.br](mailto:benjamin@einstein24h.com.br)